

"Sem negociar juros, recessão se agrava"

por Reginaldo Heller
do Rio

Para cada queda de 1% no Produto Interno Bruto (PIB), a economia brasileira gera um superávit em conta corrente de US\$ 400 milhões, excluídos os juros das dívidas externas. O cálculo, feito pelo economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, Antonio Carlos Porto Gonçalves, sustenta a sua tese de que seria melhor negociar uma moratória do que ser "empurrado para ela". Para uma taxa de juros, incluídos os "spreads" e as comissões cobradas nos empréstimos e nas renovações do principal, da ordem de 15% ao ano, a despesa com o serviço da dívida, exceetuando o pagamento do principal, ascende a mais de US\$ 11 bilhões.

Ou seja, apenas para pagar os juros, serão necessários recursos superiores a US\$ 8 bilhões, já que o superávit em conta corrente previsto para este ano será da ordem de US\$ 3 bilhões (US\$ 6 bilhões da balança comercial e déficit de US\$ 3 bilhões na conta de serviços, fora juros).

Para Porto Gonçalves, se o pagamento dos juros não for, também, alvo de uma renegociação com os banqueiros internacionais, será necessário produzir uma catastrófica recessão no País. O baixo de recursos, na pior das hipóteses, de US\$ 7 bilhões, se não for refinanciado pelos credores, exigirá uma queda adicio-

nal do PIB, estimada por ele, de 15%, ou uma capacidade ociosa na indústria da ordem de 50%.

Segundo ele, ainda, os banqueiros privados vêm defendendo uma posição de menor impacto recessivo, pois reconhecem o risco de uma recessão maior para o retorno de seus empréstimos. Ele assegura que, entre muitos banqueiros americanos, já existe uma inclinação visível para aceitar parte do pagamento dos juros em cruzeiros. Em seus balanços, esta conta figuraria em moeda local, e com estes recursos os bancos poderiam efetuar algumas aplicações em ativos no País. De resto, um mecanismo já adotado no México, onde o Fed autorizou a contabilização em pesos do pagamento de juros da dívida em dólares.

De acordo com as projeções feitas por Porto Gonçalves, a uma taxa de inflação nos Estados Unidos nos próximos anos em torno de 5%, e uma taxa de juros da dívida brasileira de 15%, o superávit em conta corrente exigido para o pagamento dos juros seria de mais de US\$ 11 bilhões em 1983; US\$ 10,5 bilhões em 1984; e US\$ 10 bilhões em 1985. Em caso de os juros da dívida se situar em 8% ao ano, hipótese demasiado otimista, a necessidade de superávit em conta corrente seria de US\$ 6 bilhões, em 1983; US\$ 5,5 bilhões, aproximadamente, em 1984; e US\$ 5 bilhões em 1985.